

### **3. PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

#### **3.1. Contextualização e objetivo**

O Programa Mediação de Conflitos (PMC) é uma política pública de recorte territorial que experimenta em sua prática o paradigma da Mediação Comunitária, enquanto método de resolução pacífica de conflitos, desenvolvendo instrumentos para a minimização dos riscos sociais, a redução das vulnerabilidades e o enfrentamento às violências. Em consonância com as premissas de uma segurança pública cidadã, que baseia-se na participação da sociedade e na articulação de atores estratégicos para a construção de ações de prevenção à violência e criminalidade, e contando com o envolvimento de moradores, referências comunitárias e instituições parceiras o Programa Mediação de Conflitos desenvolve ações que priorizam o diálogo, a compreensão da realidade local, e o envolvimento de todos na construção de possíveis soluções para problemas das comunidades em que se insere. Atua em territórios marcados pelo baixo acesso à direito, pela sociabilidade violenta e pelo baixo capital social.

Possui como objetivo principal promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade. Empreendendo ações de mediações de conflitos, orientações para acesso a direitos, articulação e fomento à organização comunitária, por meio da participação social e institucional, busca contribuir para a redução de homicídios oriundos de violência contra a mulher, de conflitos entre vizinhos, de violência doméstica e familiar e da violação de direitos.

Na execução de suas ações, o PMC tem como objetivos específicos:

- ✓ Aplicar e disseminar princípios e técnicas de mediação;
- ✓ Favorecer o acesso a direitos;
- ✓ Estimular a organização comunitária.

Sua dinâmica de funcionamento tem caráter participativo, dialógico e inovador, possibilitando a abertura de novos mecanismos de acesso à justiça e de transformação sociopolítica de pessoas, grupos e comunidade; e por isso, desde outubro do ano de 2005, época de sua implementação, vem rompendo fronteiras e limites demarcados historicamente.

O PMC é desenvolvido em 32 (trinta e duas) regiões/territórios com altas taxas de criminalidade violenta do Estado de Minas Gerais, sendo 13 em Belo Horizonte, 12 na Região Metropolitana e 7 no Interior. O Programa hoje conta com uma equipe multidisciplinar das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, entre analistas sociais e estagiários, sendo desenvolvido por meio de equipamentos públicos denominados Centros de Prevenção Social à Criminalidade (CPC).

### **3.2. Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade**

Considerando a inserção do Programa Mediação de Conflitos no contexto da Segurança Pública através da Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, tem-se como objetivo o desenvolvimento de ações e atividades que visem intervir na predominância de formas violentas de administração de conflitos que se desdobram em situações violentas e/ou delituosas de moradores dos aglomerados urbanos com altos índices de criminalidade violenta.

A prática de intervenção do Programa requer a compreensão acerca dos territórios nos quais o PMC está inserido. Nesse sentido, a leitura das dinâmicas das violências e da criminalidade torna-se de suma relevância para a construção de ações e atividades que possam favorecer assertivamente nas intervenções de prevenção e no enfrentamento da violência. Porém, para o Programa Mediação de Conflitos é preciso não somente a identificação das violências e crimes que ocorrem no território, mas sim, uma ampla compreensão do contexto histórico, cultural, econômico e político em que cada sujeito que acessa os serviços prestados estão inseridos e a forma como a comunidade se organiza para lidar com esses fenômenos.

Ressalta-se que no PMC grande parte das violências que chegam como demanda diz de situações que ocorrem nos ambientes privados e domésticos, que perpassam as relações de proximidade e afetividade. Colaborar com a clareza de que essas violências devem ser conhecidas e enfrentadas no âmbito da coletividade pode contribuir para a maior qualificação das políticas especializadas no atendimento às pessoas em situação de violência e, por conseguinte, na maior proteção desses indivíduos.

Nas atividades do Programa Mediação de Conflitos, busca-se pautar a temática de segurança pública e integração da rede local para qualificação das atividades a serem desenvolvidas. Nossas intervenções sustentam-se sobre o Modelo Ecológico de Prevenção, que percebe a

criminalidade não em uma perspectiva cartesiana, em sua busca imediata por relações de causa e efeito, mas concebe as questões sócio-históricas do crime e da violência em uma perspectiva sistêmica.

Nesse sentido, a realidade não é dada a priori, mas é construída nas relações cotidianas, sendo passível, portanto, de serem transformadas por meio de intervenções capazes de alterar as condições do sistema. Em resumo, sendo o crime e a violência reflexos de uma série de relações sócio-históricas, as intervenções propostas pelo Programa Mediação de Conflitos assumem a finalidade de promover transformações na dinâmica local e, assim, favorecer a prevenção social à violência e à criminalidade. Por isso, busca-se agregar valores ao capital social preexistente e promover a cultura de paz baseada no exercício da cidadania e na garantia dos direitos humanos.

As equipes técnicas utilizam dos instrumentos/relatórios produzidos no Programa para auxílio nessa leitura, mas é importante destacar que essa atividade prescinde de uma boa articulação com rede parceira local e deve ser construída em conjunto com a gestão social dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade, os demais programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade e atores estratégicos para a Política de Segurança Pública, como as Polícia Civil e Militar.

### **3.3. Organização Comunitária**

A organização comunitária é foco do Programa Mediação de Conflitos, que atua com a participação social como forma de intervir nos fatores de risco e nos fenômenos de violência e criminalidade.

Para o PMC a noção de organização comunitária é composta por uma rede de conceitos e ações propostos para gerar o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária têm muito mais força e poder de transformação do que iniciativas isoladas.

Para compreender a concepção de organização comunitária no Programa, trabalha-se com os seguintes conceitos:

- a) **Capital Social:** Entende-se por capital social [...] a existência de relações de solidariedade e confiabilidade entre indivíduos, grupos e coletivos, inclusive a capacidade de mobilização e organização comunitárias, traduzindo um senso de

responsabilidade da própria população sobre seus rumos e sobre a inserção de cada um no todo. (GUSTIN, 2005, p.11).

- b) **Rede Social Mista:** é concebida pelo PMC como uma importante maneira de intervir junto às comunidades, apresentando as formas de associar e agir entre pessoas, grupos e entidades. Nessa dinâmica de rede, o relacionamento é horizontal e não hierárquico, as decisões são tomadas pelos participantes da mesma a partir de um consenso entre os componentes, apresentando características tais como a exigência de que os participantes estejam ligados em torno de um objetivo comum, que esteja aberta sempre a novas relações com outros indivíduos e participantes de outros grupos, que seja descentralizada, o que implica que as decisões são tomadas de forma participativa entre os envolvidos, e que ela tenha uma auto-organização, ou seja, a ausência de hierarquia não significa que a rede funcione sem obediência a regras e princípios estabelecidos pelo envolvidos na mesma.
- c) **Mobilização Social:** O PMC adere ao entendimento de que “a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar a realidade, em relação a uma causa que pode ser considerada de interesse público” (HENRIQUES apud Programa Mediação de Conflitos, 2009, p.53). Essa ação consiste na sensibilização de outras pessoas direta ou indiretamente envolvidas com o problema, na busca pela resolução da situação em pauta.
- d) **Pesquisa-ação:** Para o PMC a pesquisa-ação se constitui a partir do estabelecimento de “um espaço de interlocução onde os atores implicados participam da resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções a aprendendo na ação.”(THIOLLENT apud Programa Mediação de Conflitos, 2009,p. 49 e 50).

Para o Programa Mediação de Conflitos uma sociedade mais organizada, com relações comunitárias e sociais fortalecidas, que atua de forma mais conectada e articulada, mobilizada em torno de objetivos comuns e consciente das fragilidade/problema e da possibilidade de criação coletiva de soluções para os seus conflitos, possui mais capacidade de enfrentamento ás violências, de acesso aos seus direitos e de proteção dos sujeitos que a compõem.

Por isso é premissa para as equipes técnicas ao desenvolverem seus trabalhos, que estes se dêem articulados com a rede local mista, que conte sempre com a construção coletiva junto aos moradores das comunidades primando pela mobilização e participação dos sujeitos; que busquem sempre o conhecimento mais qualificado do capital social, através do diagnostico sócio organizacional e por fim, que reforcem o lugar de protagonista do sujeito em sua

história, valorizando o lugar do seu saber, de sua autonomia e de sua responsabilização em todos os processos.

### **3.4. Acesso a direitos**

A perspectiva de favorecer o acesso a direitos encontra lugar central no Programa, pois está totalmente ligada a outros conceitos caros à metodologia, como autonomia, responsabilização e capital social. Pode-se dizer que favorecer o acesso a direitos e a garantias fundamentais permite intervir nos fenômenos da violência e criminalidade, além dos fatores de risco existentes nos territórios em que o Programa Mediação de Conflitos atua, fortalecendo os fatores de proteção.

Observa-se nos territórios em que estamos inseridos que o desconhecimento da população sobre os direitos básicos, a peregrinação pelos serviços públicos, ausência de conhecimentos sobre fluxos de atendimentos e serviços existentes, contribuem para maior fragilidade do indivíduo e da comunidade aos fenômenos da violência e da criminalidade.

O acesso a direitos pode ser entendido como um processo de/em ação, que, por meio da atuação do Programa, trabalha de forma efetiva para o alcance da autonomia, da emancipação e da responsabilização dos grupos sociais e dos sujeitos locais. Grupos sociais e sujeitos autônomos devem ser antes de tudo, sujeitos de direitos, para, observadas essas condições, tornarem-se responsáveis pelos seus próprios destinos e assumirem uma postura ativa diante da vida social que os cerca. Esse sujeito de direitos, em função do processo pedagógico da atuação desenvolvida pelo Programa Mediação de Conflitos, é levado a atuar de maneira ampliada como um agente crítico e consciente, que lute pelos seus direitos e os reivindique.

Visando intervir diretamente e contribuir para o acesso a direitos, o Programa realiza atendimentos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos; estudos de casos semanais pela equipe técnica para leitura das complexidades e alinhamento das intervenções; elaboração e execução de projetos temáticos para intervenção nos fatores de risco para baixo acesso a direitos; execuções de projetos institucionais para intervenção nos fatores de risco associados ao baixo acesso a direitos; realização de reuniões com a rede de proteção social parceira para discussão de casos e estabelecimento de fluxos de encaminhamentos; reuniões entre equipes técnicas e diretoria do PMC para formação e capacitação nesta temática de acesso a direitos humanos.

O acesso a direitos ganha uma perspectiva participativa quando cada ator envolvido é levado a refletir sobre sua condição, seus valores e as relações sociais até então estabelecidas. De forma clara e não assistencialista, os atendidos são questionados quanto às expectativas de que o Poder Público, com histórico de atuação paternalista, resolva os seus problemas. O Programa Mediação de Conflitos, por meio dos eixos de atuação, visa à construção de soluções para os problemas em conjunto com o próprio atendido, por meio de orientações, encaminhamentos e informações.

As transformações vivenciadas pelas comunidades podem eventualmente envolver outros atores em torno da luta por direitos coletivos. Nesse contexto de fortalecimento dos laços sociais e comunitários, percebemos claramente o acúmulo de capital social e a criação de um ciclo virtuoso capaz de gerar fatores de proteção que tornam as comunidades menos vulneráveis à emergência da violência e da criminalidade.

Com base nas complexidades dos contextos de atuação do Programa, podemos afirmar que o acesso a direitos não é a transmissão de informações ou mesmo a tradução de Códigos e a aplicação de Leis. Trata-se do insumo a processos qualificados de promoção da reflexão e de convocação das vontades pelas pessoas, grupos e comunidades, rompendo com paradigmas tradicionais, muitas vezes ausentes ou mesmo violentos. Partimos, pois, da participação dos atendidos como instrumento de construção de conhecimento sobre os direitos e a cidadania.

### **3.5. Eixos de atuação**

O Programa é organizado metodologicamente em 4 eixos de atuação, que contribuem para a leitura e análise das dinâmicas das violências e da criminalidade e, por conseguinte, maior qualificação das intervenções e alcance dos objetivos traçados pela Política de Prevenção Social à Criminalidade. Esses eixos serão descritos a seguir:

#### **3.5.1. Eixo Atendimento Individual**

Essa é uma importante frente de atuação por representar um dos principais mecanismos de acesso da comunidade ao Programa. Tem por objetivo atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida e a ausência ou o baixo acesso a direitos.

Nesta frente de trabalho as pessoas são atendidas por meio da mediação e/ou da orientação. De forma geral, os atendidos são encaminhados pela rede parceira, lideranças locais, indicação de outros atendidos, vizinhos, conhecidos ou por iniciativa própria. A proposta é auxiliar as pessoas na busca da melhor solução ou administração da demanda apresentada, envolvendo-as enquanto parte atuante, para que seja alcançado o sucesso nessa empreitada. Para isso, faz-se necessário que essa pessoa considere-se responsável e desenvolva uma postura ativa diante da questão trazida. O aumento do repertório de ferramentas do indivíduo para lidar com seus conflitos de forma pacífica, da capacidade de construir suas próprias soluções, do fortalecimento através do acesso à direitos, do rompimento do ciclo de violência, são alguns dos produtos percebidos por meio dessa intervenção.

Quando o indivíduo demanda encaminhamentos para a rede de proteção ou redes especializadas, os casos serão discutidos entre as instituições e monitorados pela equipe técnica do Programa, a fim de qualificar ainda mais o atendimento prestado.

### **3.5.2. Eixo Atendimento Coletivo**

A importância e objetivo desse eixo são semelhantes aos já desenvolvidos no Eixo Atendimento Individual. Possui como especificidade a recorrência de casos que apresentam prevalência dos interesses coletivos e que exijam adaptações ao processo de mediação ou orientação por conter questões amplas que tratam das coletividades. A atuação também acontece por meio de mediações e/ou orientações. Procura-se desconstruir a compreensão inicial dos atendidos de que os problemas se apresentam exclusivamente na esfera individual ou interpessoal.

Assim, é facilitado o reconhecimento de que o problema considerado individual ou interpessoal interfere na vida de outros e que as decisões e soluções nem sempre poderiam partir do sujeito isoladamente.

Esse eixo demanda especial atenção da equipe, por exigir esforços diferenciados na construção dos atendimentos e do formato das intervenções a serem realizadas. Muitas vezes, o processo de convite dos indivíduos envolvidos na demanda, irá passar necessariamente pelo viés da mobilização e da concepção de participação social.

### **3.5.3. Eixo Projetos Temáticos**

O Eixo Projetos Temáticos se destaca em sua importância por possibilitar às equipes intervirem de forma criativa e pertinente diante de uma leitura qualificada da dinâmica comunitária e criminal do território em que estão localizadas, promovendo intervenções assertivas nas causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração de conflitos que se desdobram em situações violentas e/ou delituosas de moradores dos aglomerados urbanos com altos índices de criminalidade violenta.

Os Projetos Temáticos são respostas às demandas concretas trazidas pela comunidade aos fatores de risco e fenômenos enfrentados pela mesma em relação à violência e criminalidade. Essa iniciativa objetiva gerar um impacto na comunidade, potencializando fatores protetores que possam influenciar na prevenção e enfrentamento da violência.

Tais demandas são observadas por meio das ações desenvolvidas na prática diária da equipe e também por meio da leitura e análise de instrumentos, como relatórios quantitativos e qualitativos, questionários socioeconômicos, diagnóstico sócio organizacional comunitário, fóruns comunitários, planos locais de prevenção à criminalidade e relatos de gestores, lideranças e associações locais.

São pressupostos para construção e execução dos projetos, uma leitura qualificada do território de intervenção, a articulação com a rede de proteção local e/ou rede especializada no atendimento a públicos específicos em situação de violência, e com a comunidade da área de abrangência do Programa.

Os projetos são ações que possuem prazo para início e término de sua execução, com objetivos e resultados esperados, bem delimitados.

#### **3.5.4. Eixo Projetos Institucionais**

O Eixo Projeto Institucional contempla ações em níveis estratégicos do Programa a partir da leitura e análise de dados produzidos, propondo intervenções que visam promover fatores de proteção e/ou garantir a execução institucional das atividades das equipes técnicas. Existem três possibilidades principais para a execução de um Projeto Institucional:

- A) Com o objetivo de responder a demandas comuns a todas as comunidades, já que estas se relacionam com uma dada realidade de vulnerabilidade e exclusão social;

- B) No intuito de difundir a cultura de mediação, enquanto uma especificidade do Programa, principalmente nas comunidades atendidas;
- C) Visando maior integração entre os atores que compõem o Sistema Estadual de Defesa Social.

### 3.6. Marco lógico

#### 3.6.1. Árvore de problemas

<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	Homicídios oriundos de violência contra a mulher, conflitos entre vizinhos, violência doméstica e familiar, violação de direitos		
<b>PROBLEMA</b>	Predominância de formas violentas de administração de conflitos que se desdobram em situações violentas e/ou delituosas de moradores dos aglomerados urbanos com altos índices de criminalidade violenta		
<b>CAUSAS</b>  <b>IMEDIATAS</b> (intervenção direta do programa)  <b>ESTRUTURAIS</b> (identificação da demanda, articulação de rede e encaminhamento para política de proteção social competente)	<b>BAIXO ACESSO A DIREITOS E/OU SERVIÇOS</b>	<b>SOCIABILIDADE VIOLENTA</b>	<b>BAIXO CAPITAL SOCIAL*</b>
	Desconhecimento da população sobre direitos básicos.	Comunicação Violenta.	Fragilidade entre os vínculos de solidariedade e confiança.
	Peregrinação pelos serviços públicos.	Cultura adversarial e visão negativa do conflito.	Desarticulação dos atores da rede de proteção local (instituições e moradores).
	Negligência, abandono e maus tratos, em especial, de crianças, adolescentes e idosos.	Desconhecimento ou pouca apropriação dos métodos de solução pacífica de conflitos por parte dos moradores e atores da rede de proteção local.	Pouca participação popular nos espaços de debate e construção de soluções para problemas comunitários.
	Ausência de políticas públicas especializadas no território que atendam mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar.	Vulnerabilidade das mulheres em situação de violência doméstica e familiar	
	Violências Institucionais (dificultar o acesso e/ou prestação inadequada do serviço)	Naturalização da violência patriarcal e intrafamiliar.	
	Regulação social por parte do tráfico de drogas que impede o acesso a	Fragilidade dos vínculos familiares.	

	direitos. (GEPAR/PM e PC)		
	Baixa renda e escolaridade	Fácil acesso à armas de fogo. (GEPAR /PM e PC)	
	Ausência de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva e/ou no mercado de trabalho	Sistema de desigualdade de gênero e raça.	

### 3.6.2. Quadro do marco lógico

PROBLEMA	Atividades	Produtos	Resultado Intermediário	Indicadores	Resultado Final	Impacto
<b>BAIXO ACESSO A DIREITOS E/OU SERVIÇOS</b>	Realização de atendimentos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos	Atendimentos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados	Número de encaminhamentos para acesso a direito realizados	Número de encaminhamentos realizados (levando em consideração o número de atendimentos realizados)	Acesso ampliado a direitos pelo público atendido	Minimizar, prevenir ou evitar que a administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais se desdobrem em situações de violência e criminalidade, através do favorecimento do acesso a direitos, enfrentamento da sociabilidade violenta e fortalecimento do capital social
	Monitoramento de casos	Casos monitorados	Melhorar a efetividade dos encaminhamentos realizados.	100% casos monitorados		
	Estudo de casos semanais pela equipe técnica para leitura das complexidades e alinhamento das intervenções	Estudos de casos semanais pela equipe realizados	Produção de conhecimento sobre os casos atendidos	Número de discussão de casos para qualificar os atendimentos.  Número de relatórios produzidos.		
	Encaminhamento para atendimentos jurídicos e psicológicos em situações de urgência e de graves violações	Encaminhamentos para atendimentos jurídicos e psicológicos .	Garantir atendimentos jurídicos e psicológicos realizados.	Número de encaminhamentos realizados (levando em consideração o número de atendimentos realizados)		
	Reunião com a rede de proteção local para estudo de casos e estabelecimento de fluxos de	Reuniões realizadas periodicamente para estudo de casos.	Estabelecimento de fluxos para atendimento e encaminhamentos.			

	atendimento e encaminhamentos				
<b>SOCIABILIDADE VIOLENTA</b> <b>SOCIABILIDADE VIOLENTA</b>	Realização de atendimentos individuais e coletivos em mediação de conflitos	Atendimentos individuais e coletivos em mediação de conflitos realizados	Avaliação do processo de mediação a partir do reposicionamento do sujeito frente ao conflito	Número de atendimentos realizados.	Aumento do repertório de formas pacíficas de solucionar conflitos por parte do público alvo e da rede de proteção local para intervenção nas violências identificadas.
	Realização de ações de sensibilização e instrumentalização da rede de proteção local em mediação de conflitos	Ações de sensibilização e instrumentalizações realizadas	Atores da rede de proteção local sensibilizados e instrumentalizados em mediação de conflitos  Assertividade dos encaminhamentos realizados pela rede para o PMC	Percentual de pessoas sensibilizadas e instrumentalizadas em mediação de conflitos	
	Realização de ações de sensibilização e capacitação da comunidade sobre os princípios e técnicas de mediação de conflitos	Ações realizadas de sensibilização e capacitação da comunidade sobre os princípios e técnicas da mediação de conflitos.	Público alvo capacitados em princípios e técnicas da mediação de conflitos	Número de capacitados em princípios e técnicas da mediação de conflitos.	Aumento do repertório de formas pacíficas de solucionar conflitos por parte do público alvo e da rede de proteção local para intervenção nas violências identificadas.
<b>SOCIABILIDADE VIOLENTA</b> <b>SOCIABILIDADE VIOLENTA</b>	Socialização da comunicação não violenta e da cultura de paz	Socialização da comunicação não violenta e da cultura de paz realizadas	Maior assimilação pela comunidade sobre a importância da técnica da comunicação não violenta e da filosofia da cultura de paz.		Aumento do repertório de formas pacíficas de solucionar conflitos por parte do público alvo e da rede de proteção local para intervenção nas violências identificadas.  Minimizar, prevenir ou evitar que a administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais se desdobrem em situações de

<b>BAIXO CAPITAL SOCIAL</b>	Realização de Diagnóstico Organizacional comunitário	Diagnóstico Organizacional Comunitário realizado	Identificação e fomento das relações de solidariedade e confiabilidade, e capacidade de mobilização e organização comunitária	Número de diagnóstico organizacional comunitários realizados	Comunidade organizada para o enfrentamento das violências e criminalidades.	violência e criminalidade, através do favorecimento do acesso a direitos, enfrentamento da sociabilidade violenta e fortalecimento do capital social
	Mapeamento contínuo da rede de proteção local	Rede de proteção local mapeada continuamente.	Maior conhecimento da rede de proteção local existente para articulações e encaminhamentos	Registro atualizada da rede de proteção local existente		
	Promoção de espaços para fortalecer vínculos de cooperação entre os atores da rede de proteção local	Atividades de integração com a rede realizadas.	Rede articulada para desenvolvimento de ações conjuntas, estudo de casos, fluxos estabelecidos e vínculo de cooperação fortalecido	Número de atividades desenvolvidas em conjunto		
	Estimular a participação popular em espaços de debate e construção de soluções para problemas comunitários	Ações de divulgação e sensibilização sobre espaços de participação popular realizadas	Presença de moradores em espaços de debate e construção de soluções para problemas comunitários.	número de ações de divulgação e sensibilização		
<b>ATIVIDADES QUE INTEGRAM TODOS OS EIXOS: BAIXO ACESSO A DIREITOS E/ OU SERVIÇOS, BAIXO CAPITAL</b>	Leitura e análise da dinâmica criminal	Direcionamento das atividades do Programa, através da dinâmica criminal analisada e fatores de riscos* prioritários	Produção de conhecimento sobre fatores de riscos que contribuem para a ocorrência de formas violentas de administração	Número de relatórios produzidos.	Maior assertividade e efetividades das atividades realizadas pelo Programa Mediação de	

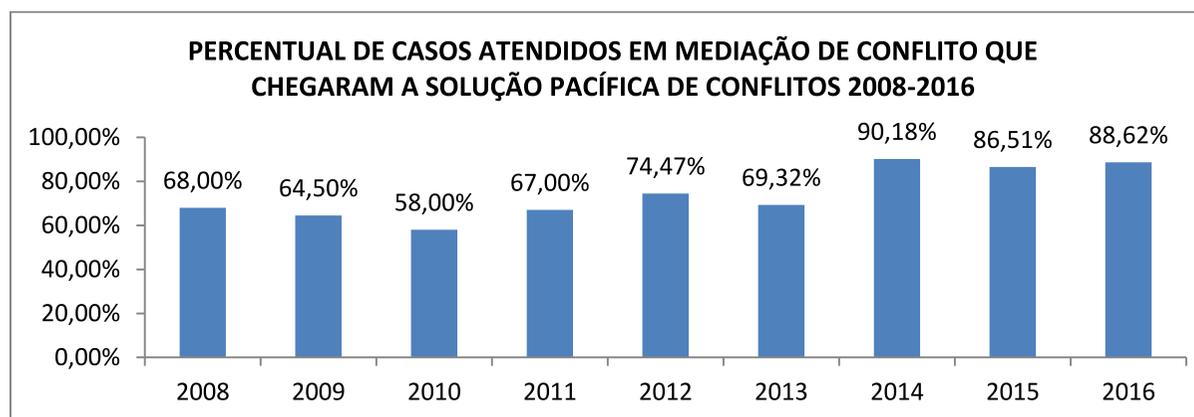
<b>SOCIAL E SOCIABILIDADE VIOLENTA.</b>		identificados.	de conflitos.		Conflitos	
	Execução de Projetos Temáticos para intervenção nos fatores de risco associados ao baixo acesso a direitos, organização comunitária, e sociabilidade violenta.	Projetos Temáticos sobre baixo acesso a direitos, organização comunitária, e sociabilidade violenta realizados.	Orientação sobre direitos básicos, organização comunitária e sociabilidade violenta.	Quantidade de projetos que executam a temática pretendida		
<b>ATIVIDADES QUE INTEGRAM TODOS OS EIXOS: BAIXO ACESSO A DIREITOS E/ OU SERVIÇOS, BAIXO CAPITAL SOCIAL E SOCIABILIDADE VIOLENTA</b>	Execução de Projetos Institucionais para intervenção nos fatores de risco associados a baixo acesso a direitos, organização comunitária, e sociabilidade violenta.	Projetos Institucionais sobre acesso a direitos, organização comunitária, e sociabilidade violenta. realizados	Orientação sobre direitos básicos, organização comunitária e formas pacíficas de resolução de conflitos.	Quantidade de projetos que executam a temática pretendida	Maior assertividade e efetividades das atividades realizadas pelo Programa Mediação de Conflitos	Minimizar, prevenir ou evitar que a administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais se desdobrem em situações de violência e criminalidade, através do favorecimento do acesso a direitos, enfrentamento da sociabilidade violenta e fortalecimento do capital social
	Encontros Metodológicos com as equipes técnicas para formação e capacitação contínua das equipes.	Encontros Metodológicos realizados.	Produção de conhecimento sobre as temáticas de acesso ampliado aos direitos, sociabilidade violenta e capital social.	Percentual de analistas sociais capacitados para as temáticas de acesso ampliado ao direito, sociabilidade violenta, capital social.		

### 3.7.Dados<sup>8</sup>

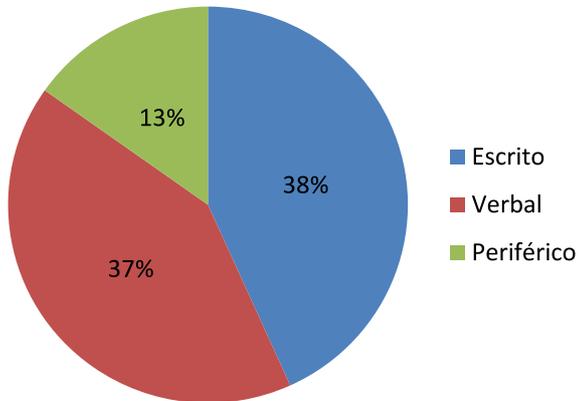
Número de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos 2005-2016														
Município	Centros	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Belo Horizonte	Cabana Pai Tomás	61	845	1.266	1.117	1.028	778	752	639	534	888	896	294	<b>9.098</b>
Belo Horizonte	Vila Pinho	-	378	1.678	1.305	966	1.091	901	1.078	1.135	1.195	979	701	<b>11.407</b>
Belo Horizonte	Jardim Felicidade	1.360	2.334	2.025	1.287	861	836	1.079	1.306	1.557	909	918	686	<b>15.158</b>
Belo Horizonte	Jardim Leblon	-	-	-	-	-	566	674	1.222	837	766	842	443	<b>5.350</b>
Belo Horizonte	Minas Caixa	-	-	-	5	499	696	648	823	1.207	1.098	837	633	<b>6.446</b>
Belo Horizonte	Morro das Pedras	16	289	419	872	690	809	864	905	469	806	869	313	<b>7.321</b>
Belo Horizonte	Pedreira Prado Lopes	90	1.599	1.950	1.512	1.023	918	753	758	645	831	926	464	<b>11.469</b>
Belo Horizonte	Primeiro de Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	473	432	367	411	<b>1.683</b>
Belo Horizonte	Ribeiro de Abreu	33	972	1.129	989	1.138	951	708	723	919	1.027	766	475	<b>9.830</b>
Belo Horizonte	Santa Lúcia	930	1.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	<b>2.107</b>
Belo Horizonte	**Serra	1.237	1.212	-	-	-	-	-	-	-	219	1.343	836	<b>4.847</b>
Belo Horizonte	Taquaril	61	592	1.009	813	1.119	859	956	1.018	969	739	638	501	<b>9.274</b>
Belo Horizonte	Vila Pinho	-	-	-	-	-	-	-	-	238	756	571	480	<b>2.045</b>
Betim	Citrolândia	-	-	-	-	-	333	805	1.057	1.097	825	797	447	<b>5.361</b>
Betim	Jardim das Alterosas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125	551	436	<b>1.112</b>
Betim	Jardim Terezópolis	-	1.036	817	1.230	1.030	825	774	840	705	921	869	561	<b>9.608</b>
Betim	PTB	-	-	-	9	746	925	851	757	862	776	773	445	<b>6.144</b>
Contagem	Nova Contagem	63	1.194	1.290	1.176	1.290	981	962	979	1.134	1.142	852	380	<b>11.443</b>
Contagem	Ressaca	-	-	-	-	-	-	-	-	16	550	521	237	<b>1.324</b>
Gov. Valadares	Carapina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103	432	305	<b>840</b>
Gov. Valadares	Turmalina	-	152	610	926	1.098	1.400	1.230	1.741	1.335	949	1.153	540	<b>11.134</b>

<sup>8</sup> Referentes ao ano de 2016.

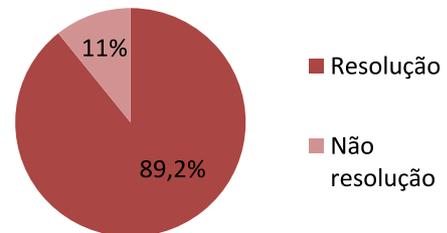
Ipatinga	Betânia	-	224	408	478	901	1.307	1.113	1.272	946	911	718	384	<b>8.662</b>
Montes Claros	Cid. Cristo Rei	-	-	-	28	144	68	154	201	382	262	206	205	<b>1.650</b>
Montes Claros	Santos Reis	-	480	586	815	839	719	580	685	1.123	871	913	469	<b>8.080</b>
Rib. das Neves	Justinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	365	916	556	<b>1.837</b>
Rib. das Neves	Rosaneves	12	851	973	1.500	1.387	1.159	725	673	771	793	750	342	<b>9.936</b>
Rib. Das Neves	Veneza	-	213	916	1.299	1.229	1.112	999	596	831	938	904	468	<b>9.505</b>
Sabar	Nossa Sra. De Ftima	-	-	232	1.024	861	746	840	1.062	744	628	-	-	-
Santa Luzia	Palmital	85	1.079	852	1.348	1.404	1.026	883	872	923	1.081	904	714	<b>11.171</b>
Santa Luzia	Via Colgio	-	-	-	-	406	745	932	918	713	700	870	496	<b>5.780</b>
Uberaba	Abadia	-	-	-	178	606	460	508	707	685	661	-	-	-
Uberlndia	Jardim Cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165	902	446	<b>1.513</b>
Uberlndia	Morumbi	-	-	-	-	-	-	-	1	336	423	715	418	<b>1.893</b>
Vespasiano	Morro Alto	108	909	1.226	1.299	896	796	793	683	753	924	850	168	<b>9.405</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.056</b>	<b>15.472</b>	<b>17.386</b>	<b>19.210</b>	<b>20.161</b>	<b>20.106</b>	<b>19.484</b>	<b>21.516</b>	<b>22.339</b>	<b>23.779</b>	<b>24.548</b>	<b>14.318</b>	<b>222.375</b>



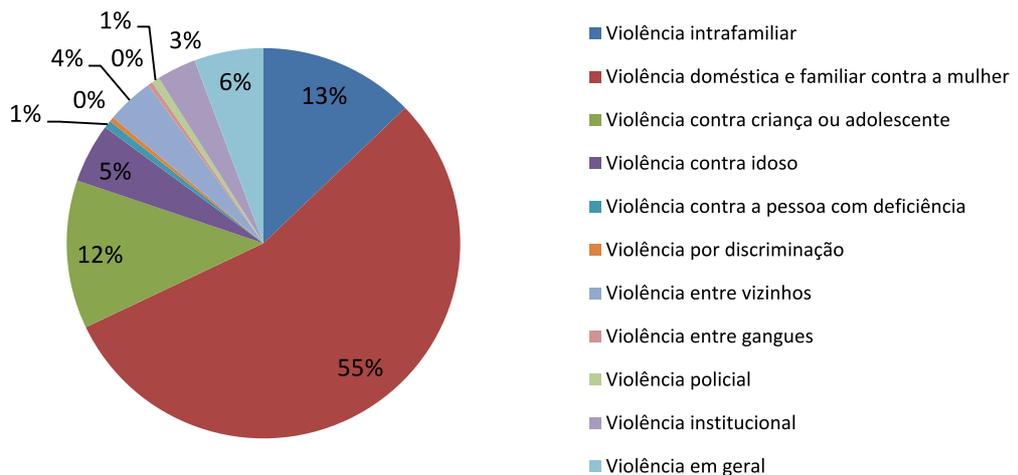
### Solução pacífica de conflitos - Mediação



### Solução pacífica de conflitos - Orientação



### DISTRIBUIÇÃO DAS VIOLÊNCIAS TRABALHADAS POR TEMA



### RENDA FAMILIAR

